

Capítulo 8



PROGRAMAS DE GESTÃO

8.5 INTERAÇÃO SOCIOAMBIETNAL

8.5 Programa de Interação Socioambiental

8.5.1 Introdução

O Programa de Interação Socioambiental do PETAR tem como objetivo delinear diretrizes com vistas a construir alicerces para um pacto socioambiental que compatibilize e una as atividades socioeconômicas e a promoção da preservação e conservação da diversidade natural nativa.

O Programa de Interação Socioambiental é um produto definido a partir do diagnóstico das atividades do meio antrópico na região do PETAR, ou seja, a partir da análise da ocupação humana e socioeconômica correlacionada à situação fundiária, ao patrimônio cultural, e ao uso e a ocupação da terra presente no interior e no entorno da Unidade de Conservação.

O cronograma previsto para efetivação das diretrizes propostas no Programa de Interação Socioambiental é de cinco anos, período em que deverá ser feita uma revisão deste Plano de Manejo, considerando que deverão ser feitas análises e avaliações periódicas semestrais das atividades desenvolvidas, como descrito na Diretriz 2. Implementação de sistema de monitoramento do Programa de Gestão Organizacional.

Este texto busca dar subsídios para a adoção de diretrizes e linhas de ação que alicerces o Programa de Regularização Fundiária e de políticas públicas de consolidação territorial da UC. No PETAR, há comunidades tradicionais vivendo em seu interior e uma comunidade remanescente de quilombos, que obteve seu reconhecimento formalmente, restando a titulação e reclassificação de seu território (ver capítulo de Áreas Prioritárias de Manejo).

O Programa objetiva consolidar esta UC, como elemento fundamental para o desenvolvimento regional, uma vez que as comunidades parceiras do PETAR podem, junto com a gestão do Parque e outros parceiros, construir um panorama socioambiental sustentável, que amplie os acessos e parceiras voltadas para um modelo social que preconize o bem estar humano e a conservação ambiental.

8.5.2 Diagnóstico da Situação Atual

Devido a bem distribuída e histórica ocupação humana no entorno e no interior do PETAR, temos na região, como anteriormente exposto, um quadro de grupos sociais, com grande conhecimento do ambiente local e inserido em atividades socioeconômicas intimamente relacionada com a disponibilidade dos recursos naturais locais.

Tanto para a cultura material quanto para a cultura alimentar, a Mata Atlântica é para as comunidades locais a grande fonte de matérias primas, sendo que o manejo tradicional destes recursos muitas vezes se dá sobre parâmetros de sustentabilidade que preconizam uma floresta com maiores níveis de extensão e conservação do que os atuais.

Atualmente a Mata Atlântica é considerada um fragmento florestal, onde o Mosaico de Paranapiacaba se coloca como um dos mais importantes remanescentes, tendo diversas fontes de pressão negativas, como atividades industriais e minerárias, crescimento da

urbanização e de aldeamentos, caça ilegal esportiva, tráfico de animais silvestres, empreendimentos em silvicultura de espécies exóticas entre outras.

Desta forma a disponibilidade e a capacidade de restauração natural dos ambientes naturais locais é consideravelmente menor do que em épocas anteriores onde os principais impactos protagonizados na região, eram relacionados às queimadas para plantio de roçados ao extrativismo de palmeira Juçara e a caça para subsistência de animais silvestres por parte das populações locais.

Portanto, o histórico de conflitos entre os agentes públicos responsáveis pela conservação ambiental das UC da região e as comunidades residentes têm origem nas atividades tradicionais destes grupos que em momentos anteriores foi interpretada como fonte de impacto à biodiversidade e à conservação ambiental.

No entanto as comunidades tradicionais, apesar de praticarem impactos diretos à fauna e a flora em seu manejo, pelo uso que fazem destes recursos, também são responsáveis por grandes ações de conservação ecológicas, como a manutenção de recursos alimentares estratégicos, manutenção de reservas ecológicas para manejo agrícola, técnicas de restauração florestal, conhecimento do uso e utilidade de espécies nativas, entre outras, o que sob esta ótica, se permite incluir estes grupos na categoria de parceiros da conservação ambiental.

Com esta visão e com as atualizações das legislações ambientais e sociais (SNUC e Direitos de Comunidades Quilombolas e tradicionais), bem como o desenvolvimento de pesquisas e conhecimento das atividades de manejo tradicionais das comunidades do Vale do Ribeira, inicia-se um trabalho na Gestão do PETAR, buscando ampliar o contato com as comunidades tradicionais e quilombolas da região, no sentido de identificar as atividades de manejo que trazem sustentabilidade econômica e ambiental para que estas possam ser potencializadas e desenvolvidas.

Atualmente a gestão do PETAR busca criar um pacto social entre UC e Comunidades tradicionais locais, visando a cooperação técnica entre estes grupos para que as questões relativas aos direitos territoriais de grupos seja validada, priorizando também o desenvolvimento de estratégias de manejo agroecológico modernas, mas que estejam em sintonia com as práticas tradicionais locais, buscando suprir as necessidades materiais e socioculturais destes grupos com ampliação dos índices de conservação ambiental.

O principal instrumento de diálogo e trabalho e parceria entre o PETAR e as comunidades locais é o Conselho Consultivo do Parque.

Reestruturado e oficializado, reiniciando seus trabalhos em 2008, o Conselho Consultivo do PETAR, conta com a participação de comunidades locais e tradicionais como do bairro Serra, Bombas, Ribeirão dos Camargo e Caximba, além de Câmaras Técnicas compostas por representantes de ambos os segmentos, poder público e sociedade civil.

O Conselho Consultivo foi palco das discussões sobre delimitação, setorização e normatização da Zona de Amortecimento, quando do processo de atualização deste Plano de Manejo, entre 2013 e 2015. A participação foi intensa e os novos pactos foram firmados.

Através de ações como a busca de parcerias com universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento socioambiental, ao longo de sua história, o PETAR vem buscando consolidar trabalhos junto às comunidades que reivindicam apoio, ora com maiores possibilidades de sucesso, ora com dificuldades nos encaminhamentos. De qualquer forma, estão bastante claras e delineadas as necessidades de ações compartilhadas, também no sentido de gerar alternativas socioeconômicas de inclusão para grupos de artesãos, agricultores orgânicos, extrativistas de produtos não madeireiros e outros.

Ampliar o vínculo com as comunidades locais e suas estruturas de representação e apoio são objetivos da gestão do PETAR, bem como desenvolver em parceria alternativas de geração de empregos e renda, através de alternativas sustentáveis relacionadas ao apoio e ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção, ocupação territorial e comercialização de produtos locais sustentáveis.

8.5.3 Desenvolvimento do Programa de Interação Socioambiental

8.5.3.1 Objetivos e Indicadores do Programa

O Programa de Interação Socioambiental do PETAR está organizado em Diretrizes apresentadas a seguir, que buscaram dividir as necessidades analisadas no diagnóstico do meio antrópico em amplas categorias que se desdobrarão em Linhas de Ação.

Na tabela abaixo, estão explicitadas os objetivos e indicadores do Programa de Interação Socioambiental, bem como de cada diretriz que o compõe.

Tabela 157. Objetivos e indicadores das diretrizes

	Objetivos	Indicadores
Programa Interação Socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> Promover a interação socioambiental entre os atores sociais presentes no interior e entorno do PETAR, bem como em toda a área que compõe o Mosaico de Paranapiacaba, com vistas a(o): equacionamento dos conflitos entre UC e atores a ela envolvidos; inserção da Unidade no contexto regional, fomentando, consequentemente, a sua valorização e a de seus objetivos; articulação com os diversos setores da sociedade visando alcançar os objetivos de proteção da UC; compatibilidade de atividades desenvolvidas com a conservação da biodiversidade presente no PETAR e em todo o Mosaico; desenvolvimento socioambiental e socioeconômico da região; redução dos impactos ambientais negativos às áreas protegidas 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do significado simbólico da UC para a sociedade e da co-responsabilidade dos atores sociais envolvidos no amparo das áreas de proteção Diminuição do uso e ocupação do solo e seus recursos de forma ilegal e em desacordo com os objetivos da UC Aumento do número de projetos voltados às especificidades locais em parceria com a UC, com a iniciativa privada e com outros atores da sociedade civil para a interação socioambiental
Diretriz I Fortalecimento do relacionamento com os atores sociais da Zona de Amortecimento (ZA)	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o uso sustentável da ZA por meio da articulação entre as esferas de governo, iniciativa privada e sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> Sustentabilidade socioambiental do uso do solo Efetivação de instrumentos de regulação específicos para ZA Expansão de áreas potenciais à conservação da biodiversidade local Disseminação dos objetivos específicos da UC

Diretriz 2 Desenvolvimento de atividades sustentáveis na ZA	<ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento socioeconômico entre os municípios da ZA de forma compatível com os princípios de sustentabilidade ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição dos impactos negativos das atividades humanas sobre a biodiversidade local Reestruturação do desenvolvimento do turismo junto às comunidades Aumento do número e área de projetos envolvidos com atividades de desenvolvimento sustentável, além de parcerias com as comunidades
Diretriz 3 Comunicação e divulgação	<ul style="list-style-type: none"> Promover os projetos, os programas e os planos da UC junto à comunidade local e sociedade como um todo 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação das atividades promovidas pela UC junto às comunidades da ZA Adesão de parceiros para o desenvolvimento das propostas da UC Aumento da participação dos grupos de interesse específicos nas ações realizadas na UC e ZA Aumento de novas propostas para serem executadas na UC
Diretriz 4 Articulação interinstitucional e parcerias	<ul style="list-style-type: none"> Envolver em parcerias todos os atores sociais que atuam em prol dos objetivos da UC e do desenvolvimento de atividades sustentáveis na ZA 	<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoamento de relação com instituições públicas, privadas e do terceiro setor com o intuito de definir programas, projetos e serviços a serem executados em parceria Gestão compartilhada da proteção da biodiversidade local buscando mitigar impactos negativos e potencialização dos impactos positivos Empoderamento das comunidades locais Planejamento e gestão integral e participativa da UC Aumento do número de programas, projetos e serviços desenvolvidos em parceria
Diretriz 5 Aprimoramento das atividades de educação ambiental, patrimonial e de saúde	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a difusão e promoção dos princípios e objetivos da educação ambiental, patrimonial e de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Mitigação dos impactos negativos das atividades humanas sobre a biodiversidade local Harmonia no relacionamento com a comunidade local Desenvolvimento social da comunidade local Diminuição dos casos de degradação social no entorno do PETAR
Diretriz 6 Fortalecimento do Conselho Consultivo	<ul style="list-style-type: none"> Planejar e gerir de forma participativa a UC Fortalecer e fomentar a autonomia e empoderamento das comunidades locais 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de participação e envolvimento das comunidades local nas decisões administrativas e de planejamento da UC
Diretriz 7 Adequação das atividades dos moradores internos ao PETAR com os objetivos da UC	<ul style="list-style-type: none"> Aproximar as formas de uso e ocupação do solo dos moradores internos ao PETAR dos objetivos da UC para diminuição dos impactos negativos 	<ul style="list-style-type: none"> Mitigação dos impactos negativos das atividades dos moradores internos sobre a biodiversidade local Harmonia no relacionamento com a comunidade interna ao PETAR Aumento do número de famílias envolvidas em práticas sustentáveis e atendidas por estruturas e serviços de saneamento básico
Diretriz 8 Estudos sobre Tradicionalidade	<ul style="list-style-type: none"> Investigar a genealogia dos moradores internos da UC 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de estudos técnicos antropológicos na região Valorização da história de vida dos moradores internos Promoção da justiça fundiária

8.5.3.2 Linhas de Ação

As Diretrizes são compostas por um conjunto de Linhas de Ação (LA), que quando executados permitirão que seus objetivos sejam alcançados. A seguir está a descrição das LA de cada Diretriz.

Os anexos relativos a este Programa (Anexo 33. Informações sócio-políticas dos municípios e Anexo 34. Legislações municipais) compõem um rico conjunto de políticas públicas e legislações, organizado por municípios. Esta sistematização será muito útil para os grupos de técnicos e colaboradores do Parque, principalmente os membros das futuras câmaras técnicas do Conselho Consultivo.

Diretriz 1. Fortalecimento do relacionamento com os atores sociais da Zona de Amortecimento (ZA)

Segundo o SNUC a Zona de Amortecimento é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. Portanto, o ordenamento territorial de sua ZA faz-se fundamental para garantia da proteção de sua biodiversidade e efetivação dos objetivos de preservação da UC.

Na região em que o PETAR se localiza, a necessidade de ordenamento de sua ZA torna-se ainda mais urgente, uma vez que há continuidade em seu sistema florestal e cárstico, como também de sítios arqueológicos.

O fortalecimento do relacionamento com atores sociais da ZA do PETAR, constitui-se diretriz fundamental para a consolidação e efetivação das normas e recomendações construídas no decorrer do processo de elaboração e atualização deste Plano de Manejo. Tais normativas visam garantir o uso sustentável da ZA, cuja gestão é de responsabilidade compartilhada da União, do Estado e do Município (de acordo com a Lei Federal nº 10.257, de 10.07.2001); sua consolidação deve-se dar por meio da articulação entre estes entes federativos.

LA 1. Compatibilização dos conceitos e abordagens do Plano de Manejo do PETAR com os adotados para o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Vale do Ribeira

No processo de elaboração do Plano de Manejo, em 2010, esta diretriz consistia em *"Propor à Secretaria do Meio Ambiente a conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), no âmbito do Gerenciamento Costeiro e a elaboração do ZEE para a Região de Sorocaba"*. Entretanto e, felizmente, a SMA iniciou a elaboração do ZEE do Vale do Ribeira, concentrando-se os esforços na compatibilização de ambos projetos: Plano de Manejo e ZEE.

Quando do fechamento da atualização deste Plano de Manejo, em julho de 2015, finalizada a etapa de discussão com os municípios, a expectativa era do agendamento das audiências públicas.

O Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE é um instrumento de ordenamento territorial e planejamento ambiental que visa identificar e definir o potencial e a vocação de cada área do território paulista.

O ZEE constitui um dispositivo que visa integrar os aspectos naturais, sociais e econômicos na gestão do território. Assim, este dispositivo pode se constituir um instrumento que facilite a articulação e integração dos entes federativos (Ministério do Meio Ambiente, SMA e Municípios), iniciativa privada e sociedade em geral para o ordenamento e gestão territorial.

Concomitantemente à rediscussão da Zona de Amortecimento do PETAR, entre 2013 e 2015, estava sendo discutido o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Vale do Ribeira, conduzido pelo Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira (Gerco), da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA).

O ZEE deve estar de acordo com o Decreto Federal nº 4.297/2002 que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o ZEE do Brasil e dá outras providências.

O documento de consulta para audiência pública, denominado "Zoneamento ecológico-econômico - Setor Costeiro do Vale do Ribeira" foi disponibilizado em 2014¹⁷⁶.

No âmbito das reuniões do grupo setorial do ZEE, os critérios e abordagens eleitos para o Plano de Manejo do PETAR foram apresentados e subsidiaram as discussões. Por sua vez, nas reuniões do Conselho Consultivo do Parque, quando das discussões da ZA, parte dos membros do grupo setorial estavam presentes, colaborando nos ajustes dos dois projetos.

Vários setores da Zona de Amortecimento foram discutidos nestas ocasiões, especialmente o setor CBARCaO-I¹⁷⁷ em função do interesse do município de Apiaí no potencial das atividades minerárias como vetor de desenvolvimento regional e local.

LA 2. Acordar junto aos poderes locais do entorno da UC a implantação de normas e recomendações para ZA, considerando os planos políticos dos municípios.

Nos municípios do entorno do PETAR que já elaboraram seus Planos Diretores como Apiaí, Guapiara e Itaóca as recomendações devem estar compatibilizadas com a regulação proposta pelos diplomas regulatórios municipais, bem como se deve articular junto ao poder executivo e legislativo a criação de novos instrumentos regulatórios e procedimentos específicos para o uso e ocupação das áreas que compõe a ZA.

Para a compatibilização das recomendações da ZA e do que se propõe nos Planos Diretores Municipais e criação de novos instrumentos regulatórios, poderia se constituir Câmaras Técnicas para estudo e discussão dos Planos Diretores e os diversos setores por ele estruturados e recomendações do Plano de Manejo da UC. Estas

¹⁷⁶ <http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/files/2014/11/Documento-de-Apoio-e-Minuta-de-decreto-que-instituir-o-zoneamento.pdf>. Consulta em 04 de junho de 2015.

¹⁷⁷ **Área de interesse à conservação da biodiversidade e das áreas de recarga do carste com ordenamento de atividades-I** (Caximba e Banhado Grande)

Câmaras Técnicas devem envolver os diversos entes federativos e agentes envolvidos com o ordenamento das áreas rurais.

Já nos municípios que ainda não elaboraram seus Planos Diretores, como Iporanga, Eldorado, entre outros, deve haver um diálogo entre UC e agentes municipais para que as recomendações do Plano de Manejo sejam incluídas na regulação das áreas que compõe a ZA.

Nos instrumentos regulatórios, articulados com o poder público municipal, devem-se incluir políticas de incentivo a conservação da biodiversidade como incentivos a constituição de RPPN e, também, a utilização do ICMS ecológico para o aprimoramento dos meios de proteção.

Para a elaboração destes instrumentos regulatórios o poder público estadual (SMA, FF, IG, entre outros), por meio de seus estudos técnicos, deve orientar os poderes municipais para a estruturação de áreas de ocupação humana, bem como a necessidade dos equipamentos e serviços que colaborem com a proteção da biodiversidade presentes na ZA.

Em Iporanga, Itaóca e Eldorado deve-se atentar para as ocupações humanas adjacentes à UC e suas condições no que diz respeito a equipamentos e serviços de saneamento básico, bem como quanto às técnicas agrícolas utilizadas, sendo priorizado o cultivo orgânico e demais práticas sustentáveis. Em Guapiara, Apiaí, Ribeirão Grande e Ribeirão Branco, apesar das ocupações humanas e suas condições de saneamento serem fatores em alerta, a atenção maior deve se concentrar nas atividades econômicas desenvolvidas no entorno da UC como as atividades minerárias, a silvicultura (*pinus* e eucaliptos), a agricultura tradicional com uso de defensivos agrícolas, entre outras que se encontram conflitantes com os objetivos de proteção da biodiversidade presente no PETAR.

Além da articulação junto ao poder público local e supralocal, deve-se articular junto aos órgãos de fiscalização a intensificação das suas ações de fiscalização e a garantia do cumprimento das legislações ambientais na região.

Outro fator fundamental de se destacar é o estabelecimento com as UC limítrofes as diretrizes, os critérios e as restrições para o licenciamento de atividades na ZA do contínuo ecológico de Paranapiacaba, uma vez que as ZA das diversas UC apresentam territórios comuns entre si.

LA 3. Acordar com os grupos locais organizados a implantação das normas e recomendações para a ZA.

A articulação junto aos grupos locais organizados faz se fundamental para a garantia do uso sustentável da ZA. Assim, deve-se integrar estes grupos organizados na implantação de todos os programas de gestão da UC, por meio de seu Conselho Consultivo e Câmaras Temáticas. Bem como, a UC deve estar integrada às Associações de bairros, ONG, OSCIP e Associações de classes (como por ex. de catadores de lixo) atuantes na região.

Estes projetos irão incentivar a interação socioambiental e a parceria com as comunidades de entorno para a proteção do Parque; geração de oportunidade de renda

e evitar atividades ilegais junto à UC, como extrativismo vegetal, caça, desmatamento, etc.; além de harmonizar o relacionamento da UC com comunidades internas.

O envolvimento dos grupos organizados locais também é fundamental para se instituir fiscalização popular do cumprimento das legislações ambientais na região, pois estes entes são os mais efetivos para geração de um dispositivo de denúncias eficiente.

À época da elaboração do Plano de Manejo, em 2010, um primeiro passo, para essa integração foi dado, por meio da participação destes grupos nas oficinas de elaboração do Plano de Manejo do PETAR. Em uma das oficinas realizadas foi discutida a possibilidade de criação de um Mosaico UC, integrando PETAR a UC de entorno e a áreas particulares, como áreas florestais significativas presentes no Assentamento Prof. Luiz David de Macedo. O Mosaico foi criado em 2012 e faz-se necessário, na sequência, o estabelecimento de seu conselho gestor (ver programa de Gestão Organizacional).

LA 4. Promover processos educativos com a comunidade do entorno sobre os objetivos específicos da UC.

A questão de proteção dos recursos naturais da ZA deve ser trabalhada como um tema transversal em todos os âmbitos dos demais setores que envolvem as comunidades locais, portanto, no que tange à educação, à saúde, as atividades econômicas como a mineração, a agricultura, entre outras, etc., deve-se promover os objetivos de proteção da UC.

Nesse sentido, a UC deve estar integrada em todos os projetos desenvolvidos pelas gestões municipais e por outras instâncias governamentais ou não para poder inserir seus objetivos junto ao contexto social regional.

Diretriz 2. Desenvolvimento de atividades sustentáveis na ZA

Como apresentado no diagnóstico da situação atual, a trama social que envolve o PETAR é altamente complexa, uma vez que, a região em que se localiza, o Vale do Ribeira, apresenta um quadro de alta vulnerabilidade à miséria, o que faz com que a biodiversidade ali presente seja vítima constante das ações ilegais, tanto para suprir necessidades alimentares (estratégias de sobrevivência), quanto para a prática do comércio com o intuito de geração ou complementação de renda.

Também, ao longo da história do Vale outras atividades econômicas legais como: agricultura, pecuária, mineração, urbanização, silvicultura, etc. vêm sendo desenvolvidas de forma convergente ou não aos objetivos da UC.

Portanto, são necessárias ações no sentido da promoção socioeconômica da região para minimizar os impactos à biodiversidade local. As atividades plenamente compatíveis aos objetivos da UC, que já vem sendo desenvolvidas, devem ser incentivadas e as atividades em conflito, devem sofrer adequações ou serem abandonadas em função de projetos de desenvolvimento sustentável. Cada setor deve ser avaliado em suas especificidades para melhor se adequar à condição de entorno de área de proteção.

Assim, essa diretriz por meio de projetos em parceria com as comunidades locais e outros órgãos envolvidos visa alcançar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e comunidades presentes na ZA de forma compatível com os princípios de sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica, administrativa e política.

Para isso seria fundamental estabelecer convênios e parcerias para incentivar práticas econômicas sustentáveis e de geração de renda. Entre as práticas econômicas sustentáveis podemos citar os sistemas agroflorestais, o cultivo agrícola orgânico e outras práticas de permacultura, o turismo – especialmente o ecoturismo e turismo cultural –, o artesanato de produtos vegetais manejados, o repovoamento de palmito juçara e o beneficiamento de sua polpa, entre outras.

LA 1. Desenvolver projetos com as comunidades, em parcerias com outros órgãos, na implantação de práticas agrícolas, florestais e pecuárias sustentáveis.

Na ZA do PETAR já existem comunidades que desenvolvem práticas sustentáveis. Entre estas está a comunidade do assentamento Prof. Luiz David de Macedo que participa do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), criado no Brasil pela Portaria INCRA nº 477/199, que tem como propósito, consolidar a implementação de assentamentos rurais com foco na construção de sistemas de produção agroecológica. Os assentados também são auxiliados por pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ – USP), que desenvolvem um projeto experimental no bairro, assessorando os moradores em diversificadas atividades como a formação de pastos arborizados, compostagem do lixo orgânico, filtros biológicos para tratamento dos resíduos líquidos, entre outros.

As áreas remanescentes de quilombos também já desenvolvem algumas práticas florestais sustentáveis, como o manejo do palmito juçara e de outras espécies com o auxílio de ONG ambientalistas e que estimulam a promoção socioambiental de comunidades tradicionais.

A exemplo, também, está a parceria firmada com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), através do Programa de Microbacias Hidrográficas, que visa promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio da ampliação das oportunidades de ocupação, melhoria dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e uma reorientação técnico-agronômica, visando o aumento do bem-estar das populações rurais, seja pela implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam a sustentabilidade, como a recuperação das áreas degradadas e preservação permanente, bem como a melhoria na qualidade e a quantidade das águas, com plena participação e envolvimento dos beneficiários (produtores amparados pelo projeto) e da sociedade.

Assim, seguindo os exemplos já citados e incentivando a continuação das práticas sustentáveis deve-se fomentar em parceria com demais agentes sociais (poder público, iniciativa privada, Sistema “S”, ONG, OSCIP, comunidades locais, entre outros) a extensão dos projetos agrícolas, florestais e pecuários a áreas ainda não incluídas, bem como o desenvolvimento de novos projetos como os já idealizados pela gestão da UC como: o projeto “roça legal/ protocolo de roça”, “projeto Juçara”, “projeto de gestão compartilhada” e “projeto Mosaicos” que visam o desenvolvimento de práticas

sustentáveis, geração de renda e emprego para as comunidades e melhorias no sistema produtivo local, com face na agroecologia e no manejo. .

O desenvolvimento destes projetos pode contribuir para diminuir a pressão social sobre o Parque.

Em áreas onde o turismo se desenvolveu de forma desordenada (como, por exemplo, no bairro da Serra em Iporanga), os projetos atenderiam para reduzir a dependência da comunidade local sobre a exploração turística, o que deslocaria parcela da mão de obra, que atua neste setor, para outras atividades compatíveis com os objetivos da UC, além de incentivar os usos múltiplos em bases sustentáveis, priorizar atividades que não causem impactos ambiental, social e/ou visual e evitar a introdução de culturas homogêneas, espécies contaminantes biológicas e invasores, bem como uso de defensivos.

LA 2. Estabelecer parcerias para instrumentalizar a criatividade empreendedora junto à comunidade local por meio da economia solidária e o cooperativismo.

No mundo todo, as discussões contemporâneas sobre economia caracterizam a economia solidária como uma possibilidade do desenvolvimento com base local. Ou seja, por meio da economia solidária grupos excluídos da dinâmica econômica global são inseridos com base em uma economia solidária e igualitária, em que os princípios são a democracia e a autogestão.

Nos empreendimentos de economia solidária confia-se na sabedoria da comunidade para identificar as demandas e solucioná-las de modo a valorizar a articulação do local e o global. Já existem casos no Brasil de comunidades que por meio da cooperação (cooperativismo e associativismo) constituíram empresas de economia solidária para atuação, por exemplo, no setor de turismo e de reciclagem de resíduos – dois setores fundamentais aos objetivos da UC. Estas experiências vêm apresentando produtos inovadores e criativos, sem padronização e criados com base em muito diálogo entre todos os membros da empresa.

Ainda assim, a autogestão não se constitui tão simples como a princípio aparenta, necessita de apoio e orientação de órgãos que incentivem seu desenvolvimento. Neste sentido, é fundamental a articulação da UC e dos demais agentes envolvidos (poder público, iniciativa privada, organizações do terceiro setor, entre outros) para o assessoramento das comunidades locais, para o empreendedorismo criativo e constituição de arranjos produtivos locais para os diversos setores como o da agricultura orgânica, do turismo sustentável, entre outros, com base na economia solidária.

Os poderes públicos, juntamente com a UC, necessitam desenvolver ações de educação, que qualifique e sensibilize a comunidade, além de buscar sistemas de informação para micro investimentos, bem como formar viveiros de microempresas e cooperativas, buscando apoio técnico e parcerias como, por exemplo, das universidades e órgãos de fomento, entre outros que, colaborem com a qualificação de tais agentes e, assim, intervenham junto à economia informal, para que essa também traga maiores benefícios à coletividade.

Estes projetos constituem-se estratégias para geração de oportunidades de empregos e geração de renda, principalmente, aos jovens que se vêem obrigados a deixar a região em busca de melhores oportunidades.

Também, fundamentado na economia solidária pode-se articular política pública para o estabelecimento de uma série de modelos de gestão voltados para contratos de concessão de serviços relacionados ao uso público da UC, via OSCIP e organizações sociais.

LA 3. Desenvolver projetos de confecção de produtos artesanais a partir de matérias-primas específicas.

As comunidades do entorno do PETAR além de matéria-prima em abundância (argila, palha, fibra de bananeira, taboa, taquara, etc.) para a elaboração de produtos artesanais, contam com conhecimentos tradicionais como o trançado e a cerâmica, entre outros, que podem constituir instrumento para o desenvolvimento com base local.

O artesanato do Vale do Ribeira pode-se tornar uma referência em manejo dos recursos vegetais presentes na Mata Atlântica, sendo um referencial regional que agregará valor à área de proteção e ao turismo ali desenvolvido.

Para o alcance dos objetivos desta linha de ação, seria necessário a assessoria de profissionais de *design*, *marketing*, vendas (distribuição), entre outros, sendo fundamental o envolvimento de instituições de apoio às empresas como os órgãos do Sistema “S”, Universidades, instituições do terceiro setor etc.

LA 4. Elaborar projeto de manejo sustentado do *Euterpe edulis*, bem como outras espécies no manejo sustentável como pupunha, plantas medicinais e ornamentais.

O corte ilegal de palmito juçara constitui-se em um dos maiores vetores de pressão negativos que atingem a UC. Além de constituir uma ameaça aos recursos naturais, com o provável esgotamento desta espécie, constitui ameaça à fauna que habita o Parque por desregular sua cadeia alimentar, e, também, constitui-se em fator de insegurança a pesquisadores, funcionários e visitantes que, muitas vezes, são surpreendidos por grupos de palmiteiros ilegais/ armados.

Assim, a busca de alternativas que estimulem a diminuição do corte ilegal dos recursos florestais presentes no PETAR e em sua ZA faz-se emergencial, no sentido da minimização dos impactos.

Algumas iniciativas já vêm sendo desenvolvidas como os projetos de plantio de palmito juçara e outras espécies em comunidades tradicionais com o auxílio de instituições do terceiro setor. E a gestão da UC, também, já vem desenvolvendo um projeto que visa o manejo do palmito para processamento de sua polpa. Logo, novos projetos que envolvam outras espécies, além do *Euterpe edulis*, seriam alternativas que poderiam trazer promoção socioeconômica às ocupações humanas relacionadas ao PETAR e diminuiriam as pressões que as atividades ilegais operam na UC.

Para a elaboração de projetos de manejo do *Euterpe edulis* e de demais espécies vegetais deve-se aprimorar as pesquisas sobre seus limites e possibilidades, garantindo assim os princípios de sua sustentabilidade.

LA 5. Incentivar o desenvolvimento de atividades de turismo sustentável no entorno da UC e áreas incipientes e reestruturação do turismo para a categoria sustentável em áreas já consolidadas.

Para as áreas no entorno da UC onde o turismo ainda não se desenvolveu, a atividade turística, se desdobrada de forma planejada e participativa, pode se constituir em mais uma alternativa sustentável e compatível aos objetivos de conservação e educação ambiental da UC. Este pode ser trabalhado em complementação a outras atividades econômicas (por ex. da agricultura) já existente na região e a novas que possam se desenvolver em função das práticas sustentáveis que devem ser incentivadas (por ex. o artesanato).

O turismo constitui-se atividade que gera inúmeras oportunidades de ocupação seja na área de receptiva de visitantes, hospedagem, alimentação entretenimento etc., além de seu efeito multiplicador resultar em melhoria em diversos setores da economia. E, a partir do desenvolvimento do turismo, também, a comunidade se envolverá mais com a UC e se sentirá co-responsável por sua proteção.

Roteiros integrados com as demais UC que compõe o contínuo ecológico de Paranapiacaba, bem como com atrativos complementares presentes nos municípios do Vale do Ribeira como um todo (que devem ser inventariados em parceria com os poderes municipais), podem ser estruturados maximizando e distribuindo de forma igualitária os benefícios do turismo na região.

Contudo, em algumas localidades em que o turismo já se consolidou como uma atividade econômica, este se desenvolve de forma a favorecer a degradação e destruição da biodiversidade presente no PETAR, sendo necessário sua reestruturação como uma atividade que obedeça aos princípios sociais, ambientais, culturais, econômicos, políticos e administrativos da sustentabilidade.

No bairro da Serra o turismo acaba sendo visualizado como única atividade possível de sustentabilidade e, assim, toda a comunidade se volta a essa atividade o que faz com que o bairro torne-se dependente do turismo. E, essa dependência, acaba por comprometer sua sustentabilidade, favorecendo a degradação tanto ecológica dos recursos naturais da UC quanto social dos grupos humanos envolvidos, sendo necessário para que os indicadores de impactos diretos e indiretos à biodiversidade da UC sejam minimizados, uma atuação mais pró-ativa de todos os envolvidos e ações pontuais para a organização do turismo junto às ocupações humanas.

Assim, deve-se reestruturar a cadeia produtiva do turismo, retirando-a da ilegalidade (tanto empresas junto registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e outras instâncias legais, quanto trabalhadores para a regularizarem sua situação trabalhista, afastando-se da informalidade, para que possam se valer de incentivos e direitos que essa regularização garante). Também, é fundamental normalizar a cadeia produtiva do turismo para que atenda a demanda de seus visitantes e seja mais compatível com a área de proteção e o turismo que devem oferecer, bem como criar sistemas de certificação dos serviços turísticos prestados para priorizar a qualidade e comunguem em suas ações dos objetivos de preservação e conservação da UC.

Os princípios da economia solidária podem ser providenciais para o desenvolvimento do turismo como uma prática sustentável no Vale do Ribeira, pois objetiva resgatar a comunidade da ilegalidade.

Além, das providências apresentadas, no programa de monitoramento deve-se controlar constantemente o funcionamento do sistema de turismo ali existente.

Diretriz 3. Comunicação e Divulgação

Esta diretriz busca promover, junto às comunidades locais, os objetivos da UC por meio da divulgação de seus programas, planos e projetos. Acredita-se que um maior conhecimento sobre as ações da UC impulsionará parcerias para o desenvolvimento das propostas e integrará maior parcela das comunidades em seu desenvolvimento.

As comunidades de entorno e mesmo as ocupações internas do PETAR desenvolvem pouco envolvimento com a UC e desconhecem suas ações. Assim, o conhecimento de seus objetivos e ações pode incentivar o senso de pertencimento da comunidade local e corresponsabilidade em sua proteção.

Também, esta diretriz objetiva que visitantes conheçam os reais objetivos de uso público da UC e possam realizar uma visita consciente e que lhes proporcione conhecimento ambiental e aprimoramento de suas práticas.

LA 1. Aprimorar a divulgação da UC no Estado de São Paulo.

Ampliar a participação da UC em eventos e sua promoção em matérias de meios de comunicação relacionados à proteção ambiental, biodiversidade, turismo, entre outros consonantes, tanto no Estado de São Paulo quanto no Brasil como um todo, com o intuito de levar ao conhecimento da população seus programas, planos e projetos, além de estender o acesso a um número maior de pessoas e, consequentemente, o aumento da renda dos locais.

LA 2. Promover campanhas que orientem a ocupação do solo e o uso dos recursos naturais na ZA.

Desenvolver projetos em parceria com os demais agentes envolvidos com o PETAR e sua interação socioambiental no sentido de orientar a comunidade e empreendedores sobre a ocupação e uso do solo e dos recursos naturais presentes em sua ZA. Estes projetos podem ser ciclos de palestras, campanhas de orientação (tipo mutirão) junto às comunidades afetadas, elaboração de material publicitário e cartilhas com linguagem simples e que utilizem outros mecanismos como ilustrações de fácil entendimento e autoexplicativas a todo tipo de público, reuniões com grupos focais, entre outras que atendam ao objetivo desta linha de ação.

LA 3. Promover parcerias com os setores locais para divulgar os trabalhos e as interações em andamento.

Apropriar-se das atividades dos setores locais como ponte de divulgação dos trabalhos e interações em andamento da UC.

A UC deve estar presente em todas as campanhas realizadas pelos setores locais como nas áreas de saúde, educação, conservação ambiental, entre outras para evidenciar a transversalidade de seu programa de interação socioambiental e sua integração no contexto regional.

LA 4. Criar novos canais de diálogos entre a UC e seus parceiros.

Possibilitar que o maior número de pessoas seja ouvido e contribuam para as questões que envolvem o Parque. Para isso além da ampliação de comunidades representadas em seu Conselho Consultivo e Câmaras Técnicas já constituídas, deve criar novos canais como um canal de ouvidoria permanente para registro e encaminhamento das providências necessárias.

LA 5. Divulgar a produção e a comercialização dos produtos e serviços regionais, bem como empreendimentos certificados pela UC.

Criar espaços especiais em seus núcleos de visitação, especialmente em seus centros de visitantes, para exposição e venda de produtos regionais, bem como divulgar em seus meios de comunicação e publicidade (material impresso, páginas da internet, etc. – já instituídos e possam vir a ser criados) os mecanismos de certificação de equipamentos e serviços que estejam compatíveis com os objetivos da UC e os empreendimentos e prestadores de serviços já certificados.

Essa linha de ação atuaria como estratégia de incentivo aos prestadores de serviços e empreendimentos a buscarem se adequar aos objetivos da UC (seja em suas instalações ou práticas) e minimizarem os impactos causados por suas atividades, além de impulsionar a produção e a comercialização dos produtos e serviços regionais com intuito de promover a arte e a técnica do trabalho não industrializado local, estimulando a geração de renda e o combate dos baixos índices sociais e econômicos.

LA 6. Divulgar a agenda do Parque em relação aos compromissos estabelecidos com as ONG, comunidades locais e empresas, além de propagar aos visitantes informações sobre a dinâmica da UC.

Fazer conhecida a agenda de compromissos assumidos entre UC e agentes parceiros é contribuir para o incremento da transparência e do controle social, informando a população sobre o cotidiano do Parque e permitindo o fortalecimento da democracia.

Também, propagar aos visitantes a dinâmica da UC é cientificá-los de seus objetivos fundamentais, evitando comportamentos inadequados e insatisfação em virtude de regras e protocolos que devem ser seguidos com o objetivo de resguardar a conservação da biodiversidade local e sua própria segurança.

Diretriz 4. Articulação interinstitucional e parcerias

O planejamento e as ações devem acontecer de forma integrada, pois caso não haja divisão das responsabilidades tornam-se inviáveis e inexecutáveis a agentes isolados. Portanto, acredita-se que unindo forças e recursos a exequibilidade das ações propostas torna-se mais evidente. Sendo assim, é fundamental a articulação institucional para a

consolidação territorial da UC e de sua ZA, bem como a diminuição dos impactos negativos junto ao Parque, e a maximização de seus benefícios, consequentemente, a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região.

LA 1. Articular, em parceria com administração local, estadual, federal, ONG, comunidades locais, Comitês de Bacias e iniciativa privada, implantação de estruturas básicas, equipamentos e serviços públicos nas áreas de ocupação humana.

Especialmente para esta linha de ação, deve-se, em parceria com os demais agentes envolvidos, articular junto ao poder público municipal a priorização da utilização dos recursos do ICMS ecológico, recebido em função da existência de uma UC estadual nos municípios, para a implementação de infraestrutura básica, bem como equipamentos e serviços nas áreas de ocupação adjacentes ao PETAR.

Também, por meio de outros entes federativos, ONG, iniciativa privada e comunidades locais deve-se articular a captação de recursos para essa estruturação.

Ausência de infraestrutura como, por exemplo, de saneamento básico são vetores negativos tanto à saúde e bem estar das populações locais quanto à biodiversidade presente no PETAR, bem como a carência de centros de formação educacional prejudicam à promoção socioambiental da região.

LA 2. Estreitar laços com os setores público, empresarial e segmentos sociais, do entorno da UC, para o envolvimento e corresponsabilidade na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento local.

Os agentes sociais presentes na região de influência do PETAR, em sua totalidade, devem desenvolver o senso de pertencimento e responsabilidade na cogestão da área de proteção e inserir em sua pauta de responsabilidade socioambiental a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento local. Assim, estes devem ser incentivados a desenvolverem projetos que venham somar às iniciativas da UC.

Assim, deve se estabelecer parcerias entre as prefeituras municipais, o governo do Estado, Universidades, Sistema “S”, ONG, associações locais e iniciativa privada na elaboração e implantação de projetos, programas e planos de ação.

LA 3. Assessorar a organização formal das associações locais já existentes e incentivar a articulação das mesmas e sua pró-atividade.

Na região do Vale do Ribeira, em virtude do caráter pró-ativo de sua população e histórico de lutas em defesa de seus direitos sobre o uso da terra, existem inúmeras associações locais. Contudo, a maioria destas não está legalmente constituída. A falta de assessoramento técnico e/ou apoio financeiro às associações é o principal fator da ilegalidade, sendo que a ausência de constituição formal da associação impossibilita seu envolvimento em projetos da UC como, por exemplo, concessão de serviços e cogestão de algumas de suas atividades, entre outros. De modo que, diminui o empoderamento e participação nos processos decisórios de gestão participativa da UC.

Nesse sentido, faz-se fundamental o assessoramento à organização. E assim, contribuir para que estes grupos locais aprimorem sua participação de forma integral no planejamento e gestão da UC.

Já na região Alto Paranapanema, em virtude da ausência ou incipiência das organizações locais, há que se incentivar a criação de associações locais impulsionando sua proatividade junto à UC e participação efetiva em seu planejamento e gestão.

LA 4. Fortalecer as Câmaras Técnicas do Conselho Consultivo para discussão de assuntos prioritários de interação socioambiental.

O fortalecimento das Câmaras Técnicas visa o aprofundamento de temas importantes (como avanço da silvicultura, a monocultura, a mineração, a agricultura familiar, a ocupação interna, o uso público e o turismo, entre outras) para a proteção da UC e sua consolidação territorial e a viabilização de encaminhamentos operacionais.

Todos os setores econômicos presentes na ZA do PETAR devem ser contemplados e discutidos pelas Câmaras Técnicas para que as atividades sejam compatibilizadas com a condição de área de proteção, minimizando impactos negativos e potencializando benefícios. Deve-se dentre estas atividades buscar também potências para novas alternativas mais condizentes com os princípios da sustentabilidade.

LA 5. Realizar fóruns, audiências e oficinas para esclarecer o processo contínuo de implementação de cada fase e etapa do Plano de Manejo.

Estes encontros visam a efetiva implantação dos programas, recomendações e ações propostas no Plano de Manejo do PETAR como um projeto coletivo que envolva todos os agentes atingidos.

Diretriz 5. Aprimoramento das atividades de educação ambiental, patrimonial e de saúde

A educação ambiental constitui um dos objetivos do uso público em UC. A atividade recreacional permitida em um Parque visa, além do lúdico, o aprendizado informal. Portanto, estimula no visitante conhecimento que gere modificações em suas práticas cotidianas, como, por exemplo, a racionalidade no uso dos recursos naturais.

A educação patrimonial, ou seja, as atividades que visam a valorização dos bens culturais presentes na localidade, constitui-se mais um dos objetivos da UC, que, com suas atividades de uso público, busca promover a cultura dos povos a ele relacionados, e, conseqüentemente, incentivar sua promoção socioeconômica a partir do desenvolvimento de atividades como o turismo, venda de artesanato, gastronomia, etc..

Estas atividades acrescentam valor à experiência do visitante e, mesmo, da comunidade local, por meio do fornecimento de informações e representações que valorizam a história e as características culturais e ambientais da UC e seu entorno.

Quanto à educação relacionada à saúde, essa demanda é decorrente das inúmeras denúncias de degradação social que vêm ocorrendo no entorno do PETAR e que operam grande influência na UC como: imoralidade sexual, alto consumo de álcool e

demais drogas entre turistas e comunidade vizinhas ao Parque, além de outros problemas sociais e de saúde pública que devem ser minimizados.

Assim, as ações de educação ambiental e patrimonial devem vir conjugadas com campanhas de sensibilização quanto aos problemas sociais e de saúde pública presentes entre as comunidades de entorno do PETAR. Também, deve-se aprimorar as atividades de educação ambiental e patrimonial da UC com a elaboração de projetos específicos para isso.

Parcerias para a efetivação desta diretriz são fundamentais. Exemplo pode ser dado pelo IDESC que está elaborando o Plano Diretor de Educação Ambiental do Vale do Ribeira do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul, que visa ordenar as atividades na Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul, bem como debater uma política de apoio e financiamento a projetos de educação ambiental que objetivam a conservação dos recursos hídricos. O Plano Diretor visa articular os agentes envolvidos com educação ambiental para levantar e discutir as demandas futuras de educação ambiental da região.

LA 1. Desenvolver projetos de sensibilização junto às comunidades sobre a importância do fator humano para o alcance dos objetivos da UC.

A percepção da importância do fator humano para o alcance dos objetivos da UC é fundamental para que os mesmos se efetivem. A conservação deve ser um objetivo do capital humano do PETAR (corpo de funcionários), das comunidades de seu entorno e de seus visitantes. Assim, deve-se desenvolver estratégias de sensibilização junto aos grupos específicos que impulsionem sua corresponsabilidade, senso de pertencimento e valorização de suas habilidades e manifestações culturais para a conservação da biodiversidade presente na UC.

Também, deve-se trabalhar no sentido de destacar que a proteção dos recursos só se faz a partir da cooperação da comunidade em zelar pelo patrimônio. E que, a vontade e empenho na junção UC/comunidade pode ser o eixo para a promoção socioambiental da região.

A capacitação de recursos humanos e monitores ambientais para desenvolvimento de técnicas de educação e interpretação ambiental e patrimonial, por exemplo, permeia a importância do fator humano para o sucesso dos objetivos da UC. Os recursos humanos devem ter orgulho, entusiasmo e dedicação em suas atividades. Para isso é fundamental canais de comunicação entre corpo operacional e corpo gestor da UC para que os funcionários sempre estejam satisfeitos e atendidos em suas demandas.

LA 2. Estimular junto à comunidade local a percepção da importância do PETAR para a valorização antrópico-cultural local e o desenvolvimento socioeconômico regional.

A ideia da conservação ambiental deve ser trabalhada como uma referência de contrapartida social para valorização antrópico-cultural local e desenvolvimento regional.

A partir do entendimento de que o PETAR, consolidado em âmbito estadual, nacional e, até, internacional, como área de referência em biodiversidade conservada, promoverá certa centralidade turística, no que tange tanto o fluxo de visitação como, consequentemente, a oferta de serviços e equipamentos postos à disposição do visitante. Portanto, o PETAR irá constituir-se enquanto eixo de desenvolvimento socioeconômico regional, uma vez que a visibilidade agregada a essa perspectiva será um dos fatores de valorização da cultura das comunidades locais, logo de promoção social. Desse modo, a relação entre comunidade e UC se tornará harmoniosa, e ambos comungarão dos mesmos objetivos.

Para essa linha de ação torna-se fundamental que nas estratégias de interpretação ambiental e patrimonial tenha destaque os valores culturais das comunidades de entorno como, por exemplo, nas placas de interpretação turística conter fragmentos da história da população e sua interferência na conservação daquelas áreas naturais; salas de exposição com a história dos municípios de entorno e que destaque sua cultura etc. Também pode ser divulgado junto às atividades do Parque um calendário de festas e manifestações populares da comunidade e as características que identificam seu modo de vida tradicional.

A exemplo, de iniciativas estão as manifestações religiosas relacionadas à caverna Morro Preto e projetos como “Musica no Parque” proposto no Plano de Manejo do Parque Estadual Intervales.

LA 3. Promover palestras, oficinas, cursos, atividades educativas, que orientem ações de impacto positivo na biodiversidade do PETAR.

Estas atividades devem ter como um de seus públicos-alvo empreendedores e representantes dos inúmeros setores econômicos e sociais que estão presentes na ZA do PETAR, além das comunidades presentes na ZA. Por exemplo, pode se envolver os mineradores em programas de educação ambiental, a exemplo do que ocorre no baixo Ribeira, além de outros grupos focais.

LA 4. Desenvolver projetos educacionais sobre o Parque nas escolas da ZA e promover visitas de estudo do meio para crianças da rede escolar desta área.

Com esta linha de ação objetiva-se maior envolvimento tanto com população jovem em idade escolar quanto com professores da rede municipal e estadual de ensino fundamental e médio para que os objetivos de educação ambiental do PETAR sejam trabalhados diariamente junto às atividades escolares, por meio de professores multiplicadores.

A exemplo, deste tipo de iniciativa, pode se citar o Projeto “Escola no Parque” que, com recursos do Comitê da Bacia do Paranapanema (FEHIDRO), capacitou professores em 10 municípios da região; produziu de material pedagógico de apoio aos professores; e, proporcionou visitas monitoradas aos Parques Estaduais de Intervales e Carlos Botelho, tanto aos professores quanto a seus alunos, dentro de um universo maior de um programa de educação ambiental. No PETAR este projeto já teve algumas atividades por iniciativa da Associação de Monitores Ambientais de Iporanga e Região (AMAIR).

Para isso é necessário firmar convênios com as secretarias municipais e diretorias estaduais de educação/ensino para o desenvolvimento de projetos em parceria.

Também é fundamental a instalação na UC de estruturas que facilitem estas atividades como salas de vídeos interpretativos, sinalização (placas interpretativas e educacionais, etc.), entre outras.

Outra iniciativa seria firmar parceria com entidades do terceiro setor para produção de material educativo que destacasse as características da UC e seus objetivos para utilização com grupos de estudantes nas atividades na UC e distribuição às escolas da região.

LA 5. Desenvolver ações preventivas, junto com os poderes locais, quanto a uso de drogas, álcool e educação sexual.

Em parceria com os órgãos de saúde de âmbito municipal, estadual e federal, promover campanhas educativas nos espaços de lazer do Parque para os visitantes, além de introduzir a temática em suas oficinas, palestras e meios de comunicação que o Parque utiliza.

Desenvolver campanhas específicas com funcionários e monitores ambientais atuantes na UC, bem como junto às comunidades de entorno da UC.

Associar a imagem da UC a uma vida mais saudável.

Diretriz 6. Fortalecimento do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é uma instância que tem como objetivo contemplar participação de todo o universo de comunidades presentes no entorno do PETAR, bem como os diversos setores a ele envolvidos, em sua gestão e planejamento.

Nesse sentido, o fortalecimento do Conselho Consultivo com a ampliação de comunidades representadas e de mecanismos de comunicação visa maximizar a responsabilidade e transparência no atendimento das demandas tanto da UC como das comunidades do entorno imediato que influenciam diretamente a dinâmica do Parque.

LA 1. Implantar assembléias consultivas nos bairros e na ZA.

As assembléias respondem às preocupações originais da sociedade, sendo uma ferramenta de participação popular. Ao implantar as assembléias consultivas nos bairros e na ZA a UC e o Conselho Consultivo estará ampliando o processo de democratização das decisões. A regionalização destas organizações poderá contribuir para cuidar e levantar questões específicas dos setores envolvidos. De modo que, o produto construído nestas reuniões serão levados à ciência do Conselho para apontar as prioridades e efetivar as ações.

LA 2. Realizar as reuniões formais do Conselho Consultivo itinerantes para envolver todas as comunidades do entorno.

As reuniões itinerantes proporcionam uma maior acessibilidade e frequência dos representantes. Esta ação aumentará o vínculo e interação entre os entes envolvidos e não privilegiar aqueles que residem próximo ao local das reuniões.

LA 3. Integrar lideranças locais de todos os municípios e bairros de entorno do PETAR ao seu Conselho Consultivo.

Muitas comunidades que compõe o entorno do PETAR (área de proximidade mais imediata da ZA) não contam com representações junto ao seu Conselho Consultivo e suas Câmaras técnicas. Essa situação favorece a ausência de integração da UC no contexto regional e dificulta a formação de sentimento de pertencimento por parte destas comunidades, desfavorecendo a busca de equilíbrio de demandas tanto da UC quanto das populações de seu entorno.

Assim, a integração de lideranças locais de todos os municípios e bairros de entorno do PETAR ao seu Conselho Consultivo irá fortalecê-lo e dar garantias que interesses diferentes sejam contemplados nas decisões de sua gestão.

Diretriz 7. Adequação das atividades dos moradores internos ao PETAR com os objetivos da UC

Aproximar as formas de uso e ocupação do solo dos moradores internos ao PETAR dos objetivos da UC para diminuição dos impactos negativos gerados no período em que permanecerem nas terras da UC (De acordo com plano de desocupação proposto pelo Programa de Regularização Fundiária)

LA 1. Orientar as comunidades em práticas sustentáveis no âmbito do termo de compromisso ou instrumentos jurídicos administrativos.

A definição dos compromissos jurídicos, enquanto permanecerem no local, é um instrumento para garantir que os residentes se enquadrem às práticas de atividades sustentáveis que estão de acordo com os objetivos da UC. Assim, é de extrema importância que os ocupantes recebam as devidas instruções e orientações técnicas adequadas.

Nesse sentido, são fundamentais as parcerias entre UC e demais entes envolvidos para oferecimento de assistência técnica e extensão rural, bem como para incentivar estas comunidades para as práticas sustentáveis como a permacultura e a agricultura orgânica entre outras.

LA 2. Envolver a comunidade nos projetos da UC.

A integração da comunidade nos projetos da UC visa promover a relação de colaboração entre os atores locais e o Parque, bem como a harmonização do relacionamento da gestão da UC com os moradores internos ao PETAR. De modo que todos sintam seu papel e função a desempenhar na conservação da Unidade, ademais os projetos poderão cooperar para originar renda e desenvolvimento aos participantes.

Para isso é necessário capacitar a população para uma maior integração, como, por exemplo, com cursos de monitoria ambiental, artesanato, culinárias, hotelaria, recuperação florestal (recuperação, formação de viveiros de mudas, coleta de sementes, entre outras) etc.

LA 3. Avaliar a possibilidade de moradores atuarem como prestadores de serviço.

Ao integrar o ocupante na cadeia de demandas de serviços do Parque, este poderá promover renda a população local, além de laços de afetividade com a UC transformando o que antes era infrator em parceiro. Esta iniciativa contribui para que os moradores internos participem de forma efetiva no cotidiano da UC.

LA 4. Planejar estruturas de saneamento ambiental.

Para que as comunidades que residem nas áreas internas do Parque possam viver em harmonia com os objetivos da UC, faz-se necessário a introdução de estruturas de saneamento ambiental nas moradias, como: coleta, tratamento e disposição sanitária de resíduos sólidos. Esta ação tem como objetivo diminuir o impacto da ocupação humana na biodiversidade do PETAR.

Diretriz 8. Estudos sobre Tradicionalidade

LA 1. Contratar a elaboração de laudos antropológicos

A análise mais apurada da condição dos moradores para desocupação de áreas interna do Parque a curto, médio e longo prazo faz-se fundamental. Estes estudos antropológicos mais aprofundados irão contribuir para aferir com detalhes o modo de vida desses residentes, de maneira que apontem com precisão os moradores com indícios de tradicionalidade.

8.5.4 Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação

Tabela 158. Síntese das diretrizes e linhas de ação

Programa	
Interação Socioambiental	
<p>Diretriz 1 Fortalecimento do relacionamento com os atores sociais da Zona de Amortecimento (ZA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compatibilização dos conceitos e abordagens do Plano de Manejo do PETAR com os adotados para o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Vale do Ribeira ▪ Acordar junto aos poderes locais do entorno da UC a implantação das normas e recomendações para ZA, considerando os planos políticos dos municípios ▪ Acordar com os grupos locais organizados a implantação das normas e recomendações para a ZA ▪ Promover processos educativos com a comunidade do entorno sobre os objetivos específicos da UC
<p>Diretriz 2 Desenvolvimento de atividades sustentáveis na ZA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver projetos com as comunidades, em parcerias com outros órgãos, na implantação de práticas agrícolas, florestais e pecuárias sustentáveis ▪ Estabelecer parcerias para instrumentalizar a criatividade empreendedora junto à comunidade local por meio da economia solidária e o cooperativismo ▪ Desenvolver projetos de confecção de produtos artesanais a partir de matérias-primas específicas ▪ Elaborar projeto de manejo sustentado do <i>Euterpe edulis</i>, bem como outras espécies no manejo sustentável como pupunha, plantas medicinais e ornamentais ▪ Incentivar o desenvolvimento de atividades de turismo sustentável no entorno da UC e áreas incipientes e reestruturação do turismo para a categoria sustentável em áreas já consolidadas
<p>Diretriz 3 Comunicação e divulgação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a divulgação da UC no Estado de São Paulo ▪ Promover campanhas que orientem a ocupação do solo e o uso dos recursos naturais na ZA ▪ Promover parcerias com os setores locais para divulgar os trabalhos e as interações em andamento. ▪ Criar novos canais de diálogos entre a UC e seus parceiros ▪ Divulgar a produção e a comercialização dos produtos e serviços regionais, bem como empreendimentos certificados pela UC ▪ Divulgar a agenda do Parque em relação aos compromissos estabelecidos entre a ONG, comunidades locais e empresas, além de propagar aos visitantes informações sobre a dinâmica da UC
<p>Diretriz 4 Articulação interinstitucional e parcerias</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular, em parceria com administração local, estadual, federal, ONG, comunidades locais, Comitês de Bacias e iniciativa privada, a implantação de estruturas básicas, equipamentos e serviços públicos nas áreas de ocupação humana ▪ Estreitar laços com os setores público, empresarial e segmentos sociais, do entorno da UC, para o envolvimento e corresponsabilidade na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento local ▪ Assessorar a organização formal das associações locais já existentes e incentivar a articulação das mesmas e sua pró-atividade ▪ Fortalecer as Câmaras Técnicas do Conselho Consultivo para discussão de assuntos prioritários de interação socioambiental ▪ Realizar fóruns, audiências e oficinas para esclarecer o processo contínuo de implementação de cada fase e etapa do Plano de Manejo

Diretriz 5 Aprimoramento das atividades de educação ambiental, patrimonial e de saúde	<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolver projetos de sensibilização junto às comunidades sobre a importância fator humana para o alcance dos objetivos da UC▪ Estimular junto à comunidade local a percepção da importância do PETAR para a valorização antrópico-cultural local e o desenvolvimento socioeconômico regional▪ Promover palestras, oficinas, cursos, atividades educativas, que orientem ações de impacto positivo na biodiversidade do PETAR▪ Desenvolver projetos educacionais sobre o Parque nas escolas da ZA e promover visitas de estudo do meio para crianças da rede escolar desta área▪ Desenvolver ações preventivas, junto com os poderes locais, quanto a uso de drogas, álcool e educação sexual
Diretriz 6 Fortalecimento do Conselho Consultivo	<ul style="list-style-type: none">▪ Implantar assembléias consultivas nos bairros e na ZA▪ Realizar as reuniões formais do Conselho Consultivo itinerantes para envolver todas as comunidades do entorno▪ Integrar lideranças locais de todos os municípios e bairros de entorno do PETAR ao seu Conselho Consultivo
Diretriz 7 Adequação das atividades dos moradores internos com os objetivos da UC	<ul style="list-style-type: none">▪ Orientar as comunidades em práticas sustentáveis no âmbito do termo de compromisso ou instrumentos jurídicos administrativos▪ Envolver a comunidade nos projetos da UC▪ Avaliar a possibilidade de moradores atuarem como prestadores de serviço▪ implantar estruturas de saneamento ambiental
Diretriz 8 Estudos sobre Tradicionalidade	<ul style="list-style-type: none">▪ Contratar a elaboração de laudos antropológicos